

Contributos para o estudo da História da Educação de Surdos no distrito de Setúbal

PAULO VAZ CARVALHO

pcjanas.vazdecarvalho@gmail.com

Investigador Integrado no Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde da Universidade Católica Portuguesa.

Professor Adjunto Convidado da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Resumo

A reconstituição da História da Educação de Surdos em Portugal tem sido uma tarefa complexa para os investigadores devido à escassez de fontes, mas principalmente a sua dispersão por várias instituições, arquivos, coleções particulares e alfarrabistas. Os investigadores têm conseguido reconstituir esta História, mas essencialmente centrada nas duas maiores cidades do país, Lisboa e Porto onde terão surgido os primeiros institutos de surdos no decorrer do século XIX que pretensamente davam resposta a todo o país. Todavia, sabemos que muitas crianças e jovens surdos dispersos por diversos distritos, concelhos e freguesias não tiveram acesso à educação ministrada. Alguns porque os seus familiares nunca tiveram conhecimento da existência destes institutos, outros por falta de recursos financeiros para enviar os seus filhos a serem educados. Foi essa a razão que nos levou a empreender a presente investigação, tentar compreender de que forma as crianças surdas que viviam fora dos distritos de Lisboa e Porto tinham acesso à educação, ou não, de que forma se integraram na sociedade e como as instituições educativas lidaram com esta população. Sendo esse o nosso objeto de estudo tomamos como caso de estudo a educação de surdos no distrito de Setúbal com um corte cronológico de 1822 à atualidade.

Palavras-chave:

Educação Bilingue; Educação de Surdos em Setúbal; Educação Especial; História da Comunidade Surda; Língua Gestual Portuguesa.

Abstract

The reconstruction of the history of Deaf education in Portugal has been a complex task for researchers due to the scarcity of resources, but mainly because of its scatter among various institutions, archives, private collections and second-hand bookstores. Researchers have been able to reconstruct this history, essentially focusing on the two largest cities in the country, Lisbon and Porto, where the first deaf institutes appeared in the course of the 19th century, which supposedly responded to the whole country. However, we know that many deaf children and young people dispersed in different districts, counties and parishes did not have access to the education offered by these institutes either because their caregivers were never aware of the existence of these institutes, or due to the lack of financial resources to send them to be educated. That was the reason that led us to undertake the present investigation to try to understand how deaf children who lived outside the districts of Lisbon and Porto had access to education, or not, how they integrated into the society, and how educational institutions dealt with this population. In order to suggest answers to these questions, this paper offers a case study on the education of the deaf in the district of Setúbal with a chronological cut from 1822 to the present.

Key concepts:

Bilingual Education; Deaf Education in Setúbal; History of the Deaf Community; Portuguese Sign Language. Special education

Introdução

A História das Comunidades Surdas e da sua educação é hoje uma área ampla de aprofundadas investigações em todo o mundo. Em Portugal, esta História tem vindo a ser construída lentamente devido a alguma escassez de fontes, mas principalmente devido à sua dispersão dessas fontes por diversas instituições, arquivos, coleções particulares e alfarrabistas. Essa dispersão está diretamente ligada à conturbada História da Educação desta população no nosso país e às sucessivas mudanças de localização das instituições onde era ministrada a sua educação o que não acontece em muitos outros países em que os grandes institutos fundados no século XIX conseguiram arquivar e manter estas fontes. Todavia, desde o início da educação de surdos no nosso país em 1823 têm sido encontradas fontes primárias e secundárias que têm permitido acrescentar peças a um puzzle ainda longe de estar completo.

As investigações nesta área, em Portugal, têm-se centrado nas duas maiores cidades portuguesas, Lisboa e Porto, onde surgiram os primeiros institutos para este tipo de educação e que pretensamente davam resposta às necessidades educativas da população surda portuguesa. Sabemos que essa conclusão não é de todo correta já

que muitas famílias com filhos surdos não teriam informação sobre a existência destes institutos ou não tinham recursos financeiros para enviar os seus filhos para serem educados. É esta a razão que nos levou a abraçar a presente investigação i.e. tentar compreender de que forma as crianças surdas que viviam fora dos distritos de Lisboa e Porto tinham acesso à educação, se realmente tinham acesso e de que forma se integraram na sociedade. Tendo esse objetivo em mente seleccionámos com caso de estudo a educação de surdos no distrito de Setúbal. Até à data não encontramos qualquer investigação sistemática sobre como se processou a educação desta população específica em outros distritos que não sejam os de Lisboa e Porto.

O presente estudo assentou numa aprofundada revisão da literatura relacionada com o tema, através da consulta de diversos documentos situados, na Câmara Municipal de Setúbal, nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional e documentos disponibilizados pela Escola de Referência para a Educação Bilíngue (EREB)¹ do Agrupamento de Escolas Terras de Larus. Conseguimos ainda recuperar uma entrevista publicada na revista do Sindicato de

Professores da Grande Lisboa (SPGL) de 2011 feitaa então coordenador da Escola de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS)², o professor João Casal. Efetuámos ainda duas entrevistas nãoestruturadas a uma professora de Educação especial do grupo de recrutamento 920 destaEREB, a professora Paula Correia e ao presidente da Associação de Surdos do Concelhodo Seixal, Paulo Formiga.

Inicialmente iremos efetuar um enquadramento histórico sobre a educação de surdos emPortugal com um corte cronológico que se inicia em 1822 até ao presente e que optámospor dividir em quatro períodos tendo por base as metodologias utilizadas neste tipo de ensino para efetuar essa divisão. Este enquadramento histórico servirá como orientação para descrevermos e analisarmos a educação de surdos no distrito de Setúbal.

1. Enquadramento histórico: A Educação de Surdos em Portugal

Não poderíamos abordar a história da educação de surdos do distrito de Setúbal sem a situar num contexto mais amplo que é o da História da Educação de Surdos em Portugal, tendo por base as metodologias e filosofias educativas na intervenção com crianças e jovens surdos.

Dividimos a História da Educação de Surdos em 4 grandes períodos:

1º Período: Os métodos mistos ou combinados do século XIX

2º Período: As metodologias oralistas: Método intuitivo-oral puro, método materno- reflexivo e método verbotonal.

3º Período: A Língua Gestual Portuguesa: as décadas de 70, 80 e 90 do século XX.

4º Período: A aplicação de um modelo de educação bilíngue para alunos Surdos em Portugal.

1.1. Os métodos mistos ou combinados do século XIX

Segundo Cunha (1834), Fussilier (1893), Santos (1913), Lourenço (1954), Carvalho (2007, 2019) e Alves (2012), educação de surdos em Portugal começou formalmente em1823 com a fundação do Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos pelo professor sueco Per Aron Borg a pedido do Rei D. João VI e da sua filha a Princesa Isabel Maria. Per Aron Borg, que já tinha fundado o Instituto de Surdos-Mudos e Cegos de Estocolmo em1909 fez-se acompanhar a Portugal pelo seu irmão Joahm Borg. Os primeiros anos do Instituto foram bastante conturbados, desde logo pela contenda entre Borg e a Direção daReal Casa Pia de Lisboa (doravante CPL) que pretendia

absorver a nova instituição. Devido às contendas com a CPL e às mudanças políticas que Portugal atravessava, em 1828 Per Aron Borg regressou ao seu país ficando o seu irmão à frente dos destinos do Instituto de Surdos de Lisboa, agora auxiliado pelo português José Crispim da Cunha. Em 1833 Joham Borg faleceu ficando José Crispim da Cunha como diretor do Instituto, todavia por pouco tempo porque em 1834 o Instituto é incorporado na CPL. Em relação às metodologias de ensino, Per Aron Borg seguia o método misto, como na maior parte dos institutos europeus, por influência da obra do Abade de L'Épée (fundador da primeira escola pública para surdos no mundo, em Paris) com a utilização do alfabeto manual (criado pelo próprio Borg) e com a convenção de gestos criados com o objetivo de ensinar a língua portuguesa escrita. Em 1860 o instituto de surdos é extinto no seio da CPL. Existiram ainda durante o século XIX algumas respostas particulares para o ensino de surdos das quais destacamos o trabalho do Padre Pedro Aguilar e do seu sobrinho Eliseu Aguilar que fundou um colégio para surdos, em Guimarães, e que veio a dar origem depois ao Instituto Municipal de Surdos-Mudos do Porto e depois o de Lisboa.

1.2 Metodologias oralistas: Métodos intuitivo-oral puro, Materno-reflexivo e Verbotonal

Em 1905, o provedor Jaime da Costa Pinto, sensível a esta especialidade de ensino e com o objetivo de organizar a educação de surdos na Instituição, contrata Nicolau Pavão de Sousa ao Instituto Araújo Porto como responsável pela educação de surdos através do método intuitivo-oral puro (Lourenço, 1952). O método intuitivo-oral puro partia do princípio, de que a criança surda não falava porque não ouvia e, não sendo possível curar a surdez, apostava-se na potenciação dos órgãos fonadores. Desta forma, em Portugal no início do século XX existiam dois institutos de surdos: o Instituto Araújo Porto que dava resposta às crianças do norte do país e o Instituto da Casa Pia de Lisboa que em 1922 se passaria a chamar Instituto de Surdos-Mudos de Jacob Rodrigues Pereira (IJRP) que dava resposta às crianças do sul.

No início da década de 50, o novo provedor da CPL Campos Tavares, após diversas visitas pela Europa a institutos de surdos regressa a Portugal para uma remodelação da educação desta especialidade de ensino na CPL enviando o professor Antonino do Amaral a especializar-se nesta universidade e que no seu regresso introduziu o

método Materno-reflexivo. Todavia a resposta dada no IJRP não resolvia o problema da educação de surdos em todo o território nacional. Assim, tendo como modelo o IJRP, são criados diversos institutos por todo o país durante a década de 60, em Coimbra, Porto, Açores e Madeira. O método materno-reflexivo foi criado por Van Uden e destinava-se a crianças surdas numa fase pré-linguística. A oralidade das crianças surdas deveria ser desenvolvida através da conversação entre o aluno e o professor e era reflexivo porque levava a criança a refletir sobre a língua de uma forma orientada. Em 1963, com a saída do diretor do IJRP, Antonino do Amaral para o Ministério da Educação, é nomeado como novo diretor o professor Carlos Pinto Ascensão, mas influenciado por uma metodologia diferente da anterior, de influência jugoslava, o método verbotonal fundado por Petar Guberina. Este método viria a manter-se no IJRP até ao início da década de 90 do século XX.

Entretanto, o Ministério da Educação começava a dar os primeiros passos no sentido de investir no desenvolvimento da Educação Especial e começavam a ser postos em causa os resultados das metodologias aplicadas às crianças com necessidades especiais, área na qual as crianças surdas estavam incluídas.

1.3. A Língua Gestual Portuguesa: as décadas de 70, 80 e 90 do século XX

A década de 70 do século XX vem salientar a diferença de perspetivas entre o Ministério da Educação e os Institutos de Surdos de Lisboa e Porto em relação à conceção da educação de surdos em Portugal (Pinho e Melo et al., 1984).

No início da referida década o panorama educativo português revelava sinais de mudança no atendimento de pessoas com “deficiências”³ com a promulgação do decreto lei nº 6/71. No entanto, é com a reforma educativa de Veiga Simão em 1973, e a publicação da Lei 5/73 que se verificou por parte do Ministério da Educação uma responsabilidade crescente com a abertura do ensino básico às crianças com “deficiências”. A Constituição da República Portuguesa de 1976, altera a perspetiva sobre a educação. São criadas as Equipas de Educação Especial integrada (EEE), com o propósito de promover a integração familiar, social e escolares das crianças e jovens com “deficiência”.

No que concerne às crianças e jovens surdos, em 1974, e como consequência da reforma Veiga Simão, surgem as Divisões de Educação Especial dependentes da Direção Geral do Ensino Básico

(DGEB) e Direção Geral do Ensino Secundário (DGES). Todo este processo teve uma colaboração muito estreita do Laboratório de Fonética da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (doravante FLUL) e do Acordo Luso-Sueco de cooperação científica e técnica. Em 1978 organizou-se um seminário sobre gestualismo onde participaram vários professores do ensino primário, secundário, ensino especial, terapeutas da fala, psicólogos, linguistas, técnicos e alunos da faculdade de letras. Também outras instituições estiveram presentes como a escola primária da Junqueira, Alhos Vedros, o Centro de Observação e Orientação Médico-Pedagógica, o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira e a Divisão de Educação Especial/ Direção Geral do Ensino Básico.

Em 1979 é publicada a Lei nº 66/79 dirigida na íntegra à educação especial. Aos poucos começaram a ser fundados os Núcleos de Apoio à Deficiência Auditiva (NADA) posteriormente os Núcleos de Apoio à Criança Deficiente Auditiva (NACDAS) dentro das divisões de educação especial para dar resposta às crianças surdas. A grande alteração surge com a reforma do sistema educativo marcando uma mudança radical na educação em geral e também na educação especial e que foi a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei

nº 46/86). Embora fosse uma lei geral, definiu o papel da educação especial. Desta forma, começaram a vislumbrar-se as primeiras respostas educativas diferenciadas. No caso das crianças e jovens surdos, devemos assinalar a ação de Sérgio Niza, introdutor do movimento da escola moderna em Portugal, e que em 1983, iniciou a primeira tentativa de aplicação de um modelo de educação bilíngue para surdos no nosso país na escola A- da-Beja em conjunto com o professor de LGP José Bettencourt. O Secretariado Nacional para a Integração de Pessoas com Deficiência (SNRIPD) apoiou a formação de dois líderes surdos da Associação Portuguesa de Surdos na Universidade de Gallaudet nos Estados Unidos da América. Estes dois formadores⁴ surdos quando de regresso a Portugal, criaram os primeiros cursos de formação em LGP. Em 1994, Portugal assina a declaração de Salamanca resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, assumindo internacionalmente a filosofia inclusiva. Todavia, para que a legislação publicada na década de 80 e 90 fosse alvo de uma aplicação efetiva, o paradigma das escolas em relação à educação de surdos tinha ainda muito a mudar. Dois momentos concorreram para alterar a situação que acabámos de descrever. O primeiro momento com a publicação em

1991 do “Gestuário” (Ferreira et al., 1991) e da obra “Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa” (Amaral et al., 1994).

O segundo momento é marcado por todo o processo que conduziu ao reconhecimento da LGP como língua na Constituição da República Portuguesa através da Lei nº1/97, nº2, art.74º h). Restava agora colocar esta língua acessível e ao serviço da educação das crianças e jovens surdos. Todavia não bastava colocar a LGP na escola, mas era necessário perspetivar uma educação bilíngue partindo do pressuposto que a língua natural das crianças surdas era a LGP e que deveriam aprender a língua da comunidade ouvinte circundante, a língua portuguesa, como uma segunda língua na sua vertente escrita, eventualmente oral, assente em estudos científicos já sustentados na literatura internacional (Klima & Bellugi, 1972, 1979, 1987, 1990; Emmorey, 1988-2015; Svartholm, 2010).

A passagem à prática, de forma sustentada, da educação bilíngue para surdos em Portugal, marca assim o 4º período que definimos para divisão da História da Educação de Surdo sem Portugal.

1.4. A aplicação de um modelo de educação bilíngue para alunos surdos em Portugal

Como verificámos na secção anterior, na década de 80 já começavam a surgir as primeiras tentativas de inclusão da LGP nas escolas para surdos e as primeiras tentativas de aplicação de um modelo bilíngue para a educação desta população.

A Casa Pia de Lisboa, mais precisamente o IJRP, continuava no final da década de 80 e início da década de 90, a seguir o método Verbotonal aos seus alunos surdos, alheado do movimento inovador que o Ministério da Educação colocava em marcha. No entanto, já alguns professores do IJRP não se reviam nesta metodologia, e desde 1989, efetuavam estudos que provavam que a educação através da via oral produzia baixos resultados para a população surda. Dois desses professores/ investigadores seriam nomeados para a direção do IJRP, Maria Augusta Amaral e Amândio Coutinho. De imediato traçaram a linha conceptual do que viriam a ser os fundamentos de uma educação bilíngue para surdos de qualidade assente em princípios científicos (Cf. Amaral, 1996).

Entretanto, o Ministério da Educação publica o despacho normativo

7520/98, lançando também os fundamentos para a aplicação da educação bilíngue para alunos surdos.

O documento definia as condições para a criação e funcionamento das Unidades de Apoio a Alunos Surdos (doravante UAAS) nos estabelecimentos públicos de ensino básico e secundário, bem como a organização das respostas educativas nestas unidades. Durante os 10 anos seguintes procedeu-se à implementação da educação bilíngue para surdos, no entanto, várias foram as resistências e os problemas que em 2008 o Ministério da Educação sentiu a necessidade de publicar um decreto-lei que regulasse de forma mais acertiva a educação bilíngue para alunos surdos- o Decreto-Lei 3/2008.

Analisaremos a aplicação deste decreto-lei e do decreto-lei 54/2018 (que revoga o anterior) no ponto seguinte porque ali analisaremos a situação da educação de surdos no distrito de Setúbal.

2. Contributo para o estudo da Educação de Surdos no distrito de Setúbal

A reconstituição da História da Educação de Surdos em Portugal não tem sido uma tarefa fácil para os investigadores, entre muitos

fatores, devido à escassez de fontes encontradas. Todavia, os investigadores têm conseguido reconstituir esta História, principalmente nas duas maiores cidades do país, Porto e Lisboa, sobre as quais foi encontrado um maior número de fontes primárias, até á data. Foi esse desafio que tentámos abraçar com a presente investigação, i.e. contribuir para o estudo da educação de surdos no distrito de Setúbal, tendo a consciência que muito mais haverá para investigar e hipóteses que levantámos que necessitam de confirmação ou infirmação.

As nossas questões de partida foram as seguintes:

1. Qual a situação educativa das crianças surdas no século XIX no distrito de Setúbal?
2. Quando terá surgido a primeira escola que aceitou crianças surdas no distrito de Setúbal?
3. Como as escolas do distrito de Setúbal se adaptaram às diversas publicações legislativas sobre a educação especial das décadas de 70, 80 e 90 do século XX?
4. Qual a articulação das escolas de surdos do distrito de Setúbal com sociedade e instituições envolventes?
5. Quais as respostas atuais das escolas do distrito de Setúbal

para as crianças e jovens surdos?

O presente estudo baseou-se na revisão de literatura relacionada com o tema, consulta de documentos diversos situados na Câmara Municipal de Setúbal, consultas estatísticas, documentos disponibilizados pelo agrupamento de escolas Terras de Larus, recuperação de uma entrevista feita ao coordenador de educação especial do agrupamento Terras de Larus publicada na revista do SPGL em 2011 e principalmente através de duas entrevistas não estruturadas ao presidente da associação de Surdos do Seixal e a uma Professora de Educação Especial da Escola de Referência para a Educação Bilíngue5 (EREB), do agrupamento de escolas Terras de Larus.

2.1. O século XIX

Conforme testemunhámos na seção 1.1. as respostas dadas à educação de surdos em Portugal ao longo do século XIX centravam-se em Lisboa, inicialmente no Real Instituto de Surdos-Mudos e Cegos e mais tarde no Instituto Jacob Rodrigues Pereira e Porto, inicialmente no Instituto Municipal de Surdos-Mudos do Porto e depois no Instituto Araújo Porto. Todavia, apenas recebiam os surdos que eram detetados ou que os pais teriam tido acesso à informação da existência

dos mesmos, deixando muitas crianças e jovens surdos fora desta resposta. É credível que alguns surdos do distrito de Setúbal terão frequentado os Institutos de Lisboa em regime de internato, mas de certo uma minoria. Outros, quando os pais teriam alguns recursos financeiros eram colocados em escolas regulares, mas a maioria não teria acesso à educação e cedo iam trabalhar em negócios de familiares ou aprendiam um qualquer ofício com mestres. O mesmo acontecia com a maioria da população ouvinte uma vez que poucos tinham acesso à educação. Até à década de 70 do século XX a situação que acabámos de relatar não se terá alterado muito, embora tenhamos notícia de que, a partir da década de 50 algumas crianças surdas do distrito de Setúbal frequentariam em regime de internato o IJRP e outros a Congregação das irmãs da Imaculada Conceição, situada no largo do Rato, em Lisboa (Lourenço, 1953). Normalmente, estes jovens surdos terminavam o 3º ou o 4º ano, aprendiam um ofício e entravam no mercado de trabalho. Os institutos de Lisboa e Porto funcionavam de forma semelhante a todos os institutos europeus, tendo aulas de manhã, onde era aplicado o método de ensino de surdos em vigor, e à tarde deslocavam-se para as oficinas geridas por mestres, por vezes surdos, no sentido de aprenderem uma profissão,

habitualmente de cariz manual como sapateiro, marceneiro, carpinteiro, entre outras. Apenas na década de 70 do século XX iremos assistir a uma alteração significativa deste contexto, com a criação da primeira resposta para surdos no distrito de Setúbal.

2.2. A(s) primeira(s) escola(s) para a educação de surdos no distrito de Setúbal

Como referimos na seção 1.3., em 1973 com a reforma de Veiga Simão são criadas as Divisões de Ensino Especial no Ministério da Educação e paulatinamente a educação especial é retirada da tutela do Ministério da Saúde e do Ministério das Corporações e Previdência Social⁶. Neste período, um conjunto de três fatores coincidiram para que a educação especial em geral, e a educação de surdos em particular, sofresse uma mudança de paradigma. O primeiro, foi a existência de um conjunto de professores e investigadores que colocaram em causa o sucesso de quase um século do uso de metodologias oralistas na educação de surdos. O segundo, a celebração do protocolo Luso-Sueco (cf. 1.3.) que trouxe a Portugal professores e técnicos com experiência em educação de surdos e que utilizavam

outras metodologias de cariz mais “gestualista” com bons resultados. O terceiro, os trabalhos académicos desenvolvidos pelo Laboratório de Fonética da FLUL com as primeiras investigações sobre a LGP que, em conjunto com professores do ensino especial, contribuíram para essa grande mudança. Estes três fatores culminaram na publicação da Lei 66/79 que foi dirigida na íntegra à educação especial e que vai possibilitar a criação, a médio prazo, dos Núcleos de Apoio à Deficiência Auditiva (NADA) e depois os Núcleos de Apoio às Crianças Deficientes Auditivas (NACDAS). Será neste contexto que nascerá o NACDA do Seixal como podemos constatar na entrevista recuperada da revista do SPGL de 2011 ao coordenador da EREBAS do Agrupamento de Terras de Larus, o professor João Casal:

“Este agrupamento vem herdar todo um passado de atendimento à diferença que, no caso dos surdos, é do tempo dos Núcleos de Apoio à Criança Deficiente Auditiva (NACDAS). Começámos a atender surdos em 1979, ainda sem qualquer enquadramento legal. Depois veio a legislação que criou os NACDAS”. (SPGL, 2011).

Todavia, não podemos afirmar que terá sido esta a primeira escola a atender surdos no distrito de Setúbal. Ao longo da nossa investigação encontrámos um documento que refere que em 1978 já a escola

de Alhos Vedros trabalhava com crianças surdas.

(...) “O seminário sobre gestualismo teve pois início em 11 de Abril de 1978

(...) “Participaram nele pessoas com formações diversas- professores do ensino primário e secundário, do ensino especial, terapeutas da fala, psicólogos, linguístas, técnicos, alunos da Faculdade de Letras. Além desta instituição, várias outras estavam representadas – Faculdade de Ciências, Escolas primárias da Junqueira e Alhos Vedros, Centro de Observação e Orientação Médico Pedagógico, Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, D.E.E./D.G.E.B.”

(...) (Delgado-Martins in: Prata, 1980).

Consideramos que a FLUL quando criou estes grupos de pesquisa sobre surdos e sobre a LGP chamou aquelas pessoas e instituições que mais experiência tinham nesta área, o que nos leva a colocar a hipótese de que a escola de Alhos Vedros, já muito antes de 1978, trabalhava com crianças surdas. Esta questão da escola de Alhos Vedros foi corroborada pela Professora de Educação Especial que entrevistámos e que foi professora nesta escola. Esta hipótese carece de investigações mais aprofundadas e que serão publicadas em trabalhos futuros.

2.3. A adaptação das escolas à legislação das décadas de 70, 80 e 90

Como referimos na seção anterior, a publicação da Lei nº 66/79, que

foi dirigida na íntegra à educação especial, vai possibilitar a criação a médio prazo dos Núcleos de Apoio à Deficiência Auditiva (NADA) e depois os Núcleos de Apoio às Crianças Deficientes Auditivas (NACDAS). É então neste contexto que nasce o NACDA do Seixal com o objetivo de dar resposta aos alunos surdos do distrito de Setúbal. Neste período as metodologias de ensino das crianças surdas que eram ministradas em todos os NACDAS criados no país seguiam o método Verbotal (Pinho e Melo, 1984). Ao longo da vasta legislação publicada para a educação especial e educação de surdos durante as décadas de 80 e 90 (Decreto-lei nº301/84; Lei nº 46/86, Declaração de Salamanca, 1994) em conjunto com as investigações levadas a cabo na FLUL (cf. 1.3.) e com o reconhecimento da LGP na Constituição da República Portuguesa (Lei nº1/97, nº2, art.74º h)) o NACDA do Seixal foi reformulando as suas práticas metodológicas com os alunos surdos e ajustando-se às sucessivas alterações legislativas. Desta forma, quando é publicado o despacho normativo 7520/98, muitas das recomendações que vêm descritas neste documento já eram postas em prática no que ia sendo feito neste NACDA mesmo antes da publicação do despacho normativo.

Este documento oficial contempla pela primeira vez a recomendação da aplicação de um modelo de ensino bilíngue para alunos surdos e altera também a designação de NACDA para Unidade de Apoio a Alunos Surdos (UAAS). Para dar resposta às recomendações da legislação foi necessário investir na formação de professores e na contratação de intérpretes e de formadores⁷ de LGP. Durante os anos seguintes, a UAAS do Seixal foi criando um ambiente bilíngue no sentido de potenciar o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças e jovens surdos. Volvidos 10 anos, é publicado o decreto-lei 3/2008, mais ambicioso que o despacho normativo 7520/98, que estabelece pela primeira vez uma legislação aprofundada sobre educação bilíngue para surdos, definindo o papel de toda a comunidade escolar nesse processo. De novo, a designação da escola voltou a mudar para Escola de Referência para a Educação Bilíngue de Alunos Surdos (EREBAS). Todavia, aplicar a legislação no terreno nem sempre é uma tarefa fácil:

(...) “Porque uma mudança nunca é uma coisa simples. Fazer coisas que para a comunidade escolar são desconhecidas e que como desconhecidas provocam receios, resistências, nem sempre é simples...” (...) (Casal, J. In:SPGL, 2011)

Foi então necessário apetrechar a escola e mudar práticas para cumprir o decreto-lei 3/2008.

(...) “Para trabalhar com os nossos alunos surdos, recebemos todos os anos autorização para a contratação de técnicos, formadores de LGP e terapeutas da fala, que são sempre insuficientes” (...). (Casal, J. In:SPGL, 2011)

Segundo João Casal (2011), do Pré-escolar ao 1º CEB, os professores titulares de turma eram simultaneamente professores de educação especial, o que permitiu que as crianças surdas acessem precocemente à LGP. Além dos professores de educação especial, cada grupo de turma tinha docentes de LGP e o acompanhamento de outros técnicos como os terapeutas da fala. A partir do 2º CEB a situação era diferente e não existiam professores que acumulassem a formação inicial com a formação especializada, e como tal, as turmas eram lecionadas por docentes não especializados com a presença de intérpretes de LGP. Esta língua, para além de estar presente nas salas de aula, também era oferecida à comunidade educativa através de ateliers de LGP, aberto também aos novos professores e aos familiares de crianças surdas, proporcionando um ambiente bilíngue na escola, tal como recomendava o decreto-lei 3/2008. Assim, a ERBAS do Agrupamento de Escolas Terras de Larus dispunha de turmas só de alunos surdos e turmas de ouvintes com alunos surdos integrados. A

interação entre os dois tipos de turmas era feita através da promoção de projetos. Em relação à entrada das crianças surdas na escola, estas chegavam através dos jardins de infância ou através das equipas de intervenção precoce. Começavam a ser intervencionadas com 2 anos de idade, através de uma intervenção doméstica: os pais traziam essas crianças surdas à escola duas ou três vezes por semana. Todavia, nem todas as crianças surdas chegavam às escolas nestas condições ideais que descrevemos. Não raras vezes, continuavam a chegar crianças surdas à escola sem qualquer língua adquirida com 6, 7, 8 anos e mais velhas. Alguns destes alunos surdos apresentavam algumas patologias que necessitavam de intervenção especializada, e muitos deles, não conseguiam prosseguir os seus estudos e como tal necessitam de uma resposta de cariz mais profissional para que a sua inclusão na sociedade fosse uma realidade. A EREBAS do Seixal construiu um conjunto de respostas para estes grupos de crianças e jovens não através da tutela, mas através de uma grande proximidade com a comunidade envolvente do distrito e dos concelhos adjacentes. Tema que iremos tratar no ponto seguinte.

2.4. Articulação da EREBAS com a comunidade envolvente

A EREBAS do agrupamento de escolas Terras de Larus sempre teve a tradição de desenvolver uma articulação muito próxima com a comunidade envolvente e com as instituições dessa comunidade. Através desta proximidade conseguiu dar respostas aos alunos surdos que nunca poderiam ser disponibilizados pela tutela como por exemplo a hidroterapia, a hipoterapia e a musicoterapia. Segundo João Casal (SPGL,2011) “Ser escola inclusiva é muito interessante, mas claro, traz consigo custos e então procurámos apoios na comunidade”.

Esta relação com a comunidade tem permitido ultrapassar inúmeros obstáculos que surgem na construção de uma escola inclusiva. A articulação entre a escola, a associação de pais, a câmara municipal, as instituições de ensino superior como o caso da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE), e ainda os centros de saúde, tem permitido que esta escola seja realmente uma escola de referência para alunossurdos e um modelo a seguir por outras EREBAS que não têm conseguido efetuar esta articulação com o meio envolvente.

Em 2018, é publicada nova legislação para a educação especial, o decreto-lei 54/2018, que determinou algumas alterações, mais na

forma do que no conteúdo, em relação ao decreto-lei anterior. Baseado na entrevista realizada à Professora de Educação Especial Paula Correia, iremos, no ponto seguinte, abordar a resposta educativa atual da Escola de Referência para a Educação Bilíngue (EREB)⁸ do agrupamento Terra de Larus.

2.5. As respostas educativas atuais das Escolas de Surdos do distrito de Setúbal

Presentemente, a EREB do agrupamento de Terras de Larus dá resposta a todas as crianças e jovens surdos do distrito de Setúbal dispondo de transporte para os alunos surdos nele dispersos. Para o efeito, existem 6 carrinhas que efetuam 6 rotas diferentes para o transporte de alunos surdos abrangendo os concelhos de Setúbal, Montijo, Barreiro, Seixal, Sesimbra e Almada.

Atualmente, o agrupamento conta com os seguintes profissionais: 7 professores de educação especial do grupo de recrutamento 920; 5 professores de LGP; 5 intérpretes de LGP; 5 terapeutas da fala.

Dando assim resposta aos seguintes alunos surdos:

Pré-escolar	Turma de surdos com e sem Implante coclear (IC)	
1º CEB	1º e 2º Ano	4 alunos surdos
	3º Ano	7 alunos surdos
	4º Ano	7 alunos surdos

2º CEB	5º Ano	9 alunos surdos e 2 alunos integrados em turma de ouvintes
	6º Ano	2 alunos integrados em turma de ouvintes
3º CEB	7º Ano	2 surdos integrados em turma de ouvintes
	8º Ano	5 alunos surdos
	9º Ano	1 aluno integrado em turma de ouvintes

Os alunos surdos que pretendem prosseguir estudos para o ensino secundário têm também uma resposta no distrito de Setúbal que é a Escola Secundária da Amora, designada pelo Ministério da Educação para o efeito.

2.5.1. Intérpretes de LGP

A proximidade e articulação entre a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal através do Curso de Licenciatura em

Tradução e Interpretação da LGP e a EREB do Agrupamento Terra de Larus é uma realidade. Vários são os eventos e projetos que promovem a interação entre as duas instituições aliado ao facto que muitas estudantes da Licenciatura em Tradução e Interpretação da LGP efetuam os seus estágios profissionais na EREB.

A EREB conta com 5 intérpretes de LGP de elevada qualidade profissional e formação académica, algumas delas foram alunas desta licenciatura e presentemente também docentes na licenciatura. Esta proximidade e estreita relação promove um acumular de saberes que passam de geração em geração. Esses conhecimentos profundos sobre os aspetos linguísticos e culturais da LGP e da Comunidade Surda têm uma implicação direta no desenvolvimento linguístico, cognitivo e social das crianças e jovens surdos da EREB.

2.5.2. As Associações de Surdos

Em 2000 foi criada uma delegação da Associação Portuguesa de Surdos em Setúbal que mais tarde encerrou (Formiga, 2021). Também foi fundada a Associação Cultural de Surdos do Barreiro em 1995, mas que presentemente não se encontra em funcionamento (Formiga, 2021). Presentemente existem apenas duas associações

em funcionamento no distrito de Setúbal, a ASCS e a Associação de Surdos do Concelho de Almada (Formiga, 2021).

A articulação da EREB com a ASCS é também uma realidade através de diversos eventos promovidos por ambas as instituições como peças de teatro Surdo, debates, workshops de LGP, entre outros. Consideramos que a proximidade das crianças e jovens surdos com adultos surdos é fundamental para o seu desenvolvimento e para a construção de uma identidade forte e saudável, através da interação com adultos surdos que sirvam de modelos linguísticos, mas também através da passagem da herança cultural intergeracional dos valores identitários que caracterizam uma Comunidade Surda, assim como, a passagem da herança dos usos e costumes da regionais.

Reflexões finais / Conclusões

Ao longo da nossa pesquisa constatámos que, numa primeira análise, a educação de surdos no distrito de Setúbal parece confundir-se, durante muito tempo, com o percurso da Educação Especial por ter decorrido da legislação criada para responder a este tipo de ensino. Todavia, à medida que aprofundámos a nossa investigação percebemos que na prática não foi exatamente assim. Embora a ní-

vel legislativo exista uma grande dependência da educação de surdos em relação à educação especial, na aplicação da legislação à realidade verificámos que na escola de referência para alunos surdos do distrito de Setúbal, sempre houve um excepcional cuidado na sua aplicação à população surda, respeitando as suas características, necessidades e especificidades principalmente através da relação com as instituições do meio envolvente, nomeadamente com as Associações de Surdos e com o Instituto Politécnico de Setúbal, através da Licenciatura em Tradução e Interpretação da LGP, privilegiando por um lado o conhecimento técnico e por outro o a herança cultural Surda. A História da Educação de Surdos em Portugal é muito marcada pelos antigos Institutos de Lisboa e Porto fundados no século XIX. Durante mais de um século eram a única resposta institucional em Portugal para a educação de crianças e jovens surdos, no entanto, observámos que muitas crianças surdas que viviam fora destes dois distritos não tiveram acesso a frequentar estes institutos. Em relação ao distrito de Setúbal, apurámos que durante o século XIX e primeira metade do século XX terão existido crianças e jovens surdos que efetuaram a sua educação no Instituto de Surdos de Lisboa, a partir de 1922, Instituto Jacob Rodrigues Pereira em

regime de internato onde completavam o 3º ou o 4º ano e simultaneamente aprendiam um ofício de natureza manual para que, quando regressassem ao seio familiar e aos seus distritos, não constituíssem um peso financeiro e se conseguissem sustentar por si próprios. Muitos destes alunos não regressaram e acabaram por ficar a trabalhar em oficinas em Lisboa (CR, 2005). Verificámos ainda a existência de crianças surdas que frequentaram o Instituto da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição em Lisboa.

Todavia, muitas famílias que tinham filhos surdos ou por não terem conhecimento da existência destes institutos ou por não terem recursos financeiros para enviar os seus filhos para terem uma escolarização ou ainda porque não queriam separar-se deles, não os colocavam na escola e cedo lhes ensinavam um ofício relacionado com a atividade familiar. Nesta época o mesmo acontecia com as crianças ouvintes por todo o país e poucas tinham acesso ao direito de uma educação escolar (PORDATA, 2011).

Até à década de 70 do século XX, a situação que acabámos de descrever pouco ou nada se alterou. Foi com a criação das Divisões de Ensino Especial em 1973 que o paradigma da educação das pessoas com necessidades educativas especiais veio a alterar-se. As décadas

de 70, 80 e 90 foram de grandes mudanças no que diz respeito à perspectiva que a sociedade tinha em relação à população com necessidades especiais. Ao longo destas três décadas foi publicada diversa legislação que tinha como grande objetivo a inclusão destas pessoas na sociedade e por consequência com acesso generalizado à educação. No que concerne à educação de surdos, é na década de 70, mais precisamente em 1979, que são criados os Núcleos de Apoio à Deficiência Auditiva (NADA) e posteriormente os Núcleos de Apoio à Criança Deficiente Auditiva (NACDA) e que vieram abranger a totalidade do território nacional. Foi neste contexto que foi criado o NADA do Seixal que atendia surdos de todo o distrito de Setúbal. Embora tenha sido a primeira escola a ter esta nomenclatura no distrito não podemos afirmar com certeza que tenha sido a primeira escola a receber crianças surdas. Apurámos que a escola de Alhos Vedros já recebia alunos surdos muito antes desta data o que é confirmado com a sua inclusão no grupo de investigação que foi criado pela FLUL, que apenas chamou instituições com experiência na educação de surdos. São necessárias investigações mais apuradas para clarificar o trabalho que foi desenvolvido na escola

de Alhos Vedros. Regressando aos NACDAS, estes núcleos dispersos pelos distritos de Portugal seguiam uma metodologia de ensino de surdos essencialmente oralista, na época o método Verbotonal que começava a ser questionado por vários docentes e instituições nomeadamente o grupo de investigação da FLUL e devido aos maus resultados apresentados pelos alunos surdos sujeitos ao referido método. Paralelamente à legislação publicada para a educação de surdos também a Língua Gestual Portuguesa (LGP) passou a ser alvo de investigação e aos poucos a ser incluída na educação de surdos, principalmente a partir do Reconhecimento desta língua na Constituição da República Portuguesa em 1997 (Lei nº1/97, nº2, art.74º h). Esta Lei teve consequências diretas na educação e no ano seguinte foi publicado despacho normativo 7520/98 que substituiu os NACDAS pelas Unidades de Apoio a Alunos Surdos (UAAS) recomendando que o método de ensino para as crianças surdas deve ser o modelo bilíngue. O NACDA (depois UAAS) do Seixal foi adaptando-se a todas estas alterações legislativas e por vezes indo um passo à frente da própria legislação já que muito do que era referido na legislação já era posto em prática antes na escola. O dado

que mais ressalta do nosso estudo, principalmente através das entrevistas aplicadas é a proximidade que esta escola ao longo de décadas soube construir com o meio envolvente, ou seja, com as instituições existentes no distrito dando uma resposta holística às crianças e jovens surdas e não apenas escolar. Este conceito de proximidade transpareceu nas entrevistas em relação aos alunos surdos e às famílias e como tal a procura de soluções é sempre mais consciente e mais eficaz. Os desafios que as diversas legislações impuseram a esta EREB não foram na sua essência resolvidas pela tutela mas através da relação de proximidade com o meio envolvente como a Câmara Municipal, Juntas de freguesia, empresas, associações diversas, associações de pais entre outras com o objetivo de potenciar ao máximo o acesso às aprendizagens por parte das crianças e jovens surdos.

Esta proximidade com o meio envolvente nunca terá sido conseguida pelos grandes Institutos de Lisboa e Porto que, embora mais apetrechados a nível técnico, eram mais distantes da sociedade e fechados sobre si mesmos.

Finalmente, esta construção de uma relação forte com o meio envolvente, agregada pelo objetivo máximo de contornar obstáculos e

proporcionar a estas crianças e jovens uma educação de sucesso e inclusiva tornou, ao longo dos anos, o NACDA, UAAS, EREBASE finalmente EREB numa verdadeira escola de referência na educação de surdos.

Muito ainda falta investigar sobre o percurso da educação de surdos no distrito de Setúbal, nomeadamente a situação das crianças e jovens surdos no distrito durante o século XIX e primeira metade do século XX; a questão da escola de Alhos Vedros, e da sua relevância não apenas a nível regional como no panorama nacional, já que era apontada como uma referência no ensino de surdos na década de 70 e 80 e ainda a necessidade de um estudo apurado sobre a integração profissional das pessoas surdas ao longo do recorte temporal que estudámos (da primeira metade do século XIX à atualidade). Desta forma, o presente estudo é apenas uma pequena semente na construção da História da Educação de Surdos no distrito de Setúbal.

Referências Bibliográficas

- Amaral, M.A.** (1990). *A criança surda, novas perspectivas educativas*, In: Revista da CPL, nº 5. **Amaral, M.A.** (1991). *Língua Gestual das Crianças e Jovens Surdos*, In: Revista da CPL, nº 8. **Amaral, M.A.**,

- Coutinho, A. & Delgado Martins, M.R. (1994). *Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho.
- Amaral, M.A.** (1996). *O Instituto Jacob Rodrigues Pereira Contribuições para a sua História Recente*, In: Para Além do Silêncio, Revista da Associação Portuguesa de Professores e Técnicos de Reabilitação de Crianças e Jovens Surdos, pp.25-33.
- Amaral, M.A.** (2002). *Língua Gestual e Leitura em Crianças Surdas* (Dissertação de Doutoramento), Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Alves, M.C.** (2012). *Educação Especial e Modernização Escolar: Estudo Histórico-Pedagógico da Educação de Surdos-Mudos e Cegos*. (Dissertação de Doutoramento), Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- AR** (1997). Lei Constitucional no1/97 de 20 de Setembro. *Diário da República, Ia Série – A, no218*. INCM.
- Carvalho, P.** (2007), *Breve História dos Surdos no Mundo e em Portugal*, Lisboa, Ed.Surd'universo.
- Carvalho, P.** (2009). *História da Educação de Surdos I*. Lisboa:Universidade CatólicaPortuguesa.
- Carvalho, P.** (2010). *História da Educação de Surdos II*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Carvalho, P.** (2012). *Estudos Surdos I*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Carvalho, P.** (2013), *A Herança do Abade de L'Épée na Viragem do século XVIII para oséculo XIX*, Lisboa, Ed. The Factory. Centro de Recursos da CPL (2005) no Prelo.
- Delgado-Martins, M.R.**(1985). *Breve Síntese Histórica*, In: Pinho e Melo, Delgado-Martins, M.R., et alii, *A Criança Deficiente Auditiva- Situação Educativa em Portugal*, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, A. V.** (Ed.) (1992). *Gestuário da Língua Gestual Portuguesa*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência.
- Guberina, P.**, *La Méthode Audio-visuelle Structuro-global*, In: *Revue de Phonétique Appliquée*, nº 1, Paris, 1965.
- Lourenço, A.J.** (1956). *Breve Resumo Histórico da Educação de Surdos em Portugal*, in: *Revista A Criança Surda* (nº3), Lisboa, Ed. Casa Pia de Lisboa, pp.76-102.

Ministério da Educação (1986). Decreto-Lei n.º 46/86, Diário da República n.º 237, I série B, de 14 de Outubro de 1986. Lisboa: INCM.

Ministério da Educação (1998) Despacho Normativo 7520/98, Diário da República n.º104, II Série, de 6 de Maio de 1998. Lisboa: INCM

Ministério da Educação/ Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (ME/ DGIDC) (2007), *Programa Curricular de Língua Gestual Portuguesa*. Lisboa.

Ministério da Educação (2008). Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro. *Diário da República, I Série, n.º4*. (pp. 154-164). Lisboa: INCM.

Ministério da Educação (2018) Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Diário da República n.º129, Série 1. Lisboa: INCM.

PORDATA(2011), recuperado de <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>

Santos, Ary dos (1913), *O ensino dos Surdos-Mudos em Portugal*, Lisboa, Tipografia CasaPortuguesa.

UNESCO (1994) Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades

Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca.

Uden, A.V.(1977). *A World of language for deaf children : a Maternal Reflexive Method*, Amsterdam, Ed. Sweets and Zeitling, Amsterdam and Lisse, 1977

Nota biográfica:

Paulo Vaz de Carvalho é Doutorado e Pós-Doutorado em Linguística das Línguas Gestuais na área da Lexicografia pelo Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa. Dedicou-se, há várias décadas, ao estudo da LGP e da História das Comunidades Surdas. Publicou vários livros e artigos na área.